

## DIÁLOGOS ENTRE A HISTÓRIA CULTURAL E A HISTÓRIA DA CIÊNCIA

**Resenha:** CHARTIER, Roger; FAULHABER, Priscila,(Org.) LOPES, José Sérgio Leite (Org.). *Autoria e história cultural da ciência*. Rio de Janeiro: Azougue, 2012, 124p.

**Andréa Mara Vieira\***  
Universidade Federal de Minas Gerais

A história cultural se apresenta como pedra angular do pensamento de Chartier, que a utiliza para desenvolver a análise da história da autoria e da história da ciência. Contudo, a abordagem da história cultural da ciência teve a sua análise comprometida nesse livro, carecendo de maior aprofundamento, principalmente por não possuir lastro em outras obras. Nesse sentido, a necessária e esperada verticalização no tema história cultural da ciência não foi possível face ao formato do livro. Este se apresenta como uma compilação de diversos textos do autor, dentre eles: artigos traduzidos do inglês e do espanhol, conferência, debates orais e entrevista, o que contribuiu para a fragmentação do pensamento.

Contrariando a própria posição defendida no livro *A História Cultural entre práticas e representações*, onde Chartier adverte sobre os cuidados que se deve ter para preservar os conteúdos dos textos, quando migrados de um gênero para o outro, os organizadores, nesse livro, reuniram textos e apresentações realizadas em locais diferentes e dirigidas a públicos diversos. Com isto, os textos traduzidos e migrados das suas proposições de origem podem ter contribuído para alguns equívocos e para uma abordagem rasa da segunda temática.

O livro é composto por oito capítulos. Os quatro primeiros, dentre eles os capítulos destinados à *Apresentação e Introdução*, desenvolvidos com competência e brilhantismo, foram escritos por Heloisa Maria Bertol Domingues,<sup>1</sup> e pelos organizadores, Priscila Faulhaber<sup>2</sup> e José Sérgio Leite Lopes.<sup>3</sup> Os demais são

---

<sup>1</sup> \*Mestranda na linha de pesquisa “Ciência e Cultura na História” pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Historiadora das Ciências e pesquisadora Titular do Museu de Astronomia - MAST.

<sup>2</sup> Socióloga, antropóloga e pesquisadora do Museu de Astronomia - MAST.

<sup>3</sup> Antropólogo e professor Titular do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

constituídos pela reunião de textos selecionados por Chartier assim dividido: o capítulo *História Intelectual do Autor e da Autoria* representa a junção de dois artigos por ele fornecidos, sendo o primeiro deles traduzido do original em inglês e o segundo o artigo intitulado *Que es un autor científico?*, traduzido do espanhol. O sexto capítulo é a transcrição do debate realizado após a conferência: “*O que é um autor científico*”, promovida pelo Museu de Astronomia do MAST em 29 de julho de 2007. O sétimo traz a entrevista concedida por Chartier em 06 de julho de 2007 aos organizadores do livro. E o último se apresenta como posfácio do autor.

A primeira vertente do livro, história da autoria, é analisada por Chartier a partir do texto de Michel Foucault apresentado na *Société Française de Philosophie* em 1969: *Qu'est ce qu'un auteur?*. Nesse texto, Foucault distingue dois momentos da autoria: o primeiro como sendo a “análise sócio-histórica do autor como indivíduo” e, num segundo momento, a construção da “função-autor”, ou seja, “a maneira pela qual um texto aponta para essa figura [o autor], que está fora dele e o precede” (p.38).

Para Foucault, o autor é uma função do discurso, enfatizando que o “autor-indivíduo” só existe e sobrevive através das figuras da ficção e da “função-autor”. Com isto, destaca que o autor tem como função “caracterizar a existência, a circulação e o funcionamento de *certos* discursos dentro da sociedade”. (p.38). A “função-autor”, diferentemente do que se entende por autor, visa garantir a unidade e coerência da obra em relação à identidade de um sujeito construído, bem como promover a distância entre o “próprio indivíduo e a construção do sujeito a quem o discurso é atribuído”, enfim, um único indivíduo real dando lugar a uma pluralidade de “eus”.

Foucault aponta diferentes marcos cronológicos para o surgimento da “função-autor”. O primeiro marco seria: “o momento em que foram estabelecidos o sistema de propriedade e as rígidas regras de direito autoral”, que para ele se deu no período compreendido entre o final do XVIII e início do XIX. Contudo, afirma que muito antes da propriedade regular o *status* dos textos, o Código Penal já o fazia, enraizado nos efeitos da censura das Igrejas e do Estado. Embora Foucault não tenha apontado qualquer cronologia para essa “apropriação penal”, deixou claro, porém, que o segundo marco inaugural da “função-autor” é cronologicamente anterior ao período moderno.

Chartier critica a vaga cronologia apresentada por Foucault ao analisar a história da autoria e surgimento da “função-autor”, inclusive, no tocante aos quiasmos por ele

evocados, já que na Idade Moderna os discursos “científicos” passam a ser aceitos por seus próprios méritos de prova e refutabilidade, dispensando a atribuição de autoria. Também presentes nos discursos “literários” os quiasmos são verificados no momento em que passam a ser aceitos somente se identificado o autor. Em ambos, há uma flagrante inversão das práticas da autoria na Idade Média.

Para Chartier, a abordagem feita por Foucault demonstra a existência da “função-autor” já na Idade Média, contestando o surgimento desta a partir da Idade Moderna. As lacunas historiográficas existentes na investigação foucaultiana contribuíram para que Chartier repensasse as relações da autoria literária com as produções científicas, fazendo isso a partir de “reflexões soltas e exemplos derivados” de suas próprias e anteriores investigações sobre a história da autoria. (p.45) Chartier critica o recorte temporal utilizado por Foucault para o surgimento da “função-autor”, visto que em longa e densa análise se serve do exemplo do caso dos livreiros-editores de Londres, que, desde 1557, detinham o monopólio para obtenção de *copyright*.

Sob a ótica de Chartier, a autoria na atualidade se reveste de três elementos fundamentais, a saber: as bibliografias figurativas, representadas pelas múltiplas assinaturas num único artigo, das quais participam autores de função administrativa; a supremacia da proteção jurídica dos resultados científicos sobre a proteção intelectual; e o acesso ao resultado científico favorecido pela tecnologia digital que o divulga, mas que, em contrapartida, funciona como controladora desse mesmo acesso, face ao alto preço das assinaturas das revistas eletrônicas. Em resumo, se a comunicação científica é gratuita, o aparato não o é.

Chartier tece uma crítica às revistas eletrônicas que, embora garantam rápido acesso ao seu conteúdo, o meio eletrônico as transforma em um banco de dados, no qual ela se apresenta como um fragmento, retirando do leitor a possibilidade de compreendê-las e decifrá-las no seu todo, o que não ocorre com a revista impressa, que permite visão mais ampla.

No penúltimo capítulo, uma entrevista com Chartier, foi abordada a segunda temática proposta no livro: história cultural da ciência. A história da ciência, em sua perspectiva cultural, é abordada pelo autor a partir de sua trajetória intelectual, que inclui o papel assumido por cerca de dez anos (1989 e 1998) como Diretor do *Centre Alexandre Koyré* - [Histoire des Sciences et des Techniques](#), localizado em Paris. Este

centro de história da ciência é parceiro da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* e do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS). As atividades desenvolvidas junto ao *Centre Alexandre Koyré*, nas palavras de Heloisa Bertol, facilitaram a Chartier, a compatibilização entre a “história *tout court* com a história da ciência, tradicionalmente vistas como irreconciliáveis, tanto pelos historiadores, quanto pelos historiadores das ciências”. (p.7)

Na entrevista, Chartier pondera a sua dificuldade inicial em assumir o cargo ao fundamento de que “jamais escrevera ou publicara trabalhos estritamente de história das ciências” (p.81), e, na sequência, avalia as duas tradições que, em seu entendimento, predominavam na França naquele momento: de um lado, predominava a “tradição estritamente histórica”, voltada para a história das instituições, biografias e história dos pensadores com o objetivo de sistematizar textos científicos; do outro, a tradição da “epistemologia das ciências”. Esta segunda, de acordo com Chartier, além de diferir completamente da epistemologia histórica por seus discursos, objetos e conceitos, ela, ao final da década de 80, ainda não estava instalada no *Centre Koyré* (p.82). Chartier retifica este segundo argumento, ao reconhecer no posfácio, a existência da tradição epistemológica francesa em história da ciência no *Centre Alexandre Koyré*, iniciada com quem dá nome à instituição, passando Bachelard e Canguilhem.

Chartier acrescenta que os discursos científicos, que articulam essas duas tradições, marcaram uma “nova história das ciências” surgida com os *sciences studies* ocorridos simultaneamente na Inglaterra e nos Estados Unidos. Segundo o autor, a história da ciência, a partir dos *sciences studies* foi contemplada com uma terceira tradição mais próxima da “história cultural”.

O autor analisa os *sciences studies* em torno dessa “controvérsia”, dizendo com isto que as teorias científicas não dizem respeito somente ao conteúdo científico, mas ao conceito de ciência, aos espaços e temporalidades, à representação do mundo social e regras sociais das comunidades científicas. Nesse sentido, aponta duas obras que sintetizam os objetivos dos *sciences studies*, e que, para ele, marcaram a ruptura e deram início a essa “nova história das ciências”: *Leviathan and the Air Pump. Hobbes, Boyle, and the experimental life* (PRINCETON: 1985) de Steven Shapin e S. Schaffer e *The Great Devonian Controversy...* (CHICAGO:1985) de Martin Rudwick.

Sobre essa posição do autor, há algumas ressalvas a serem feitas. Percebemos que ele deixou de contemplar importantes autores e obras representativos dessa “Nova História da Ciência”, que inserem no discurso científico dimensões sociais e culturais. Ludwik Fleck, por exemplo, seria um dos autores representantes do que Chartier chama de “nova história da ciência”. Em 1935, no livro *Genesis and Development of a Scientific Fact*, Fleck utilizou a sífilis para demonstrar o entrecruzamento dos saberes: “esotéricos” (cientistas) e “exotéricos” (saber popular) e, através dele, aferir o condicionamento histórico-social como componente do pensamento científico.

Após este recuo ao período pré-kuhniano, é importante dizer que é criticável que Chartier tenha se reportado ao *science studies*, sem falar em [The Structure of Scientific Revolutions](#) (CHICAGO: 1962), obra em que Thomas S. Kuhn (em certa medida tributário do pensamento de Koyré), propôs a análise das ciências *duras* a partir do diálogo com o campo das ciências humanas e sociais. Para Kuhn, as operações de um cientista no laboratório não são “o dado” da experiência, mas “o coletado”, o que faz do cientista (ser social/cultural) um agente não-passivo no processo científico.

Isso para não falar de Alexandre Koyré, que, embora muitos autores o tenham como pertencente à corrente internalista, a análise da ciência a partir da mudança histórico-conceitual, a meu ver, o insere também no rol dos que contribuíram para o surgimento da “nova história da ciência”. Quanto aos *sciences studies* - parte do Programa Forte em Sociologia da Ciência da Universidade de Edimburgo<sup>4</sup> - é conveniente lembrar que vários debates importantes foram desencadeados a partir da obra kuhniana.

Com o intuito de ilustrar o meu argumento, qual seja, de que o marco cronológico inaugural da “nova história da ciência” apontado por Chartier é inconsistente, cito David Bloor e Barry Barnes, dois expoentes do movimento *sciences studies* cujo pensamento contribuiu para esse importante debate, muito antes de Shapin e Rudwick.

Feitas as ressalvas, retomo o autor. Chartier observa que a partir do *sciences studies*, há três tradições dominantes na história das ciências: a tradição historiográfica clássica; a tradição epistemológica e filosófica afeitas aos debates internos das ciências;

---

<sup>4</sup> Disponível em < <http://www.ssu.sps.ed.ac.uk/about.html> > Acesso em 10/11/2012.

e a tradição histórica, social e política ou de história cultural das ciências. Destaca que esses estudos o fizeram perceber que: "não há uma contradição "absoluta" entre epistemologia e história cultural das ciências". (p.86)

A atual "história cultural-social das ciências" abriga outros objetos e conceitos, como, por exemplo: o "conceito de negociação", que permite que o experimento seja sempre repetido; o "conceito de convenção", que define os critérios de prova, tanto nas ciências humanas, quanto nas da natureza; e o "conceito de controvérsia", que surge não apenas das teorias confrontadas entre si, mas também da concepção de mundo que cada época possui sobre a natureza. Acrescenta que a partir destes três conceitos é factível que a história cultural e a história da ciência encontrem pontos de convergência.

A entrevista, que teoricamente seria o capítulo dedicado à história cultural das ciências, transita também pela sociologia da ciência, com enfoque em Bourdieu. Quando indagado sobre a correlação entre história cultural e sociologia da ciência, Chartier traz a lume a noção de "campo" de Bourdieu, que se configura pelo entrecruzamento diacrônico (história e suas questões imanentes) e sincrônico (relação dos discursos com as práticas). Utilizando a definição de Bourdieu do que seria um campo intelectual, cultural ou estético, Chartier afirma que se, de um lado, a ciência também pertence a este campo, de outro, há especificidades que a distingue como campo científico, posto que portadora de "estatuto próprio". (p.88)

Três pontos marcam essa aparente tensão, inscrevendo simultaneamente o campo científico no campo cultural, sem desprezar as suas especificidades, sendo: a "diacronia", as "competições" e o "valor do desinteresse" (p.88). Sobre a "diacronia", esta se relaciona diretamente com a história, uma vez que, para Bourdieu, o passado dos "campos culturais" está sempre presente, sendo esta uma de suas principais características. Essa presentificação diacrônica do passado encontra-se também no campo científico, da perspectiva do *Science studies*, por exemplo, mas aponta uma diferença, que neste caso se daria a partir da "ruptura epistemológica", que faz com que o passado mais antigo perca o seu valor científico, ainda que perca o valor histórico.

Concluo a leitura com a sensação de que o mosaico criado para compor esse livro (conferência, artigo, entrevista, posfácio em busca de coesão), prejudicou-lhe a forma, privou-nos das fontes e, principalmente, da provável densa investigação no tocante à "história cultural da ciência" que poderia ter sido melhor desenvolvida. O

cabedal intelectual do autor, sua longa e respeitável tradição em história cultural, aliada à experiência adquirida ao longo de dez anos no centro de pesquisas em história da ciência, tem muito a contribuir para a história cultural da ciência.

Por fim, o título “história cultural da ciência” provocou no leitor a expectativa de provável revisão historiográfica por parte de Chartier, considerando o conceito de história cultural,<sup>5</sup> desenvolvido em obra seminal, com o propósito de demonstrar como esta, em suas variadas espacialidades e temporalidades, influencia ou participa do conhecimento científico e do desenvolvimento da ciência. Dito isto, que Chartier nos contemple com uma obra que aborde a interlocução entre história cultural e história da ciência, fazendo *jus* aos seus conhecimentos e experiência nos dois campos.

---

<sup>5</sup> O principal objeto da história cultural é identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma sociedade é construída, pensada e apreendida, a partir das representações do mundo social. Cf. CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Portugal: DIFEL, 2002, p. 17.